



1 **ATA DA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**
2 **ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO CAU/SP**
3 **27 DE MARÇO DE 2014.**

4 Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às
5 quatorze horas e trinta e quatro minutos, reuniu-se o Plenário do Conselho de
6 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, nas dependências da SEAM, situada a
7 Avenida Ipiranga, 318-1º andar, Bloco A, conjunto 101, Centro, São Paulo/SP,
8 sob a Presidência do Arquiteto e Urbanista, Afonso Celso Bueno Monteiro. O
9 Presidente do CAU/SP convidou o vice-presidente Gustavo Ramos Melo e o
10 Conselheiro Titular e Coordenador da Comissão de Orçamento e Contas, Luiz
11 Antônio Raizzaro, para compor a mesa. A sessão plenária ordinária iniciou com
12 a presença de 39 Conselheiros; sendo 37 Conselheiros Titulares e 2 Suplentes
13 de Conselheiro Titular. Encontravam-se no exercício da titularidade 2
14 Suplentes de Conselheiro Titular; os Conselheiros Francisco Eleutério de Abreu
15 e Altamir Clodoaldo R. da Fonseca. **ÍTEM A: VERIFICAÇÃO DE QUORUM:**
16 Verificado o *quorum* de 39 Conselheiros entre Titulares e Suplentes no
17 exercício da titularidade, o Presidente do CAU/SP saudou todos os presentes e
18 iniciou a **3ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/SP**. As listas de presença
19 seguem anexas a esta Ata. **ÍTEM B: Abertura da 3ª Sessão Plenária**
20 **Ordinária-2014 do CAU/SP às 14h32min.** **ÍTEM C: Execução do Hino**
21 **Nacional Brasileiro.** **ÍTEM D: Aprovação da Ata da 2ª Sessão Plenária**
22 **Ordinária de 27/02/2014:** A ata da 2ª Sessão Plenária Ordinária foi
23 colocada em discussão pelo presidente Afonso Celso Bueno Monteiro. O
24 conselheiro Paulo Afonso Costa pediu que fosse verificado o vídeo em o
25 conselheiro vota em contrário ao item 2: Apresentação do Relatório de
26 Acompanhamento da Execução Orçamentaria do mês de Janeiro 2014. O filme
27 foi revisto e não consta, no momento da votação, a presença do conselheiro
28 Paulo Afonso Costa, não havendo voto do mesmo neste item. A ata da 2ª
29 Sessão Plenária Ordinária foi colocada em votação e **APROVADA** por
30 unanimidade. **ÍTEM E: Comunicados da Presidência:** Informe1 - O presidente
31 do CAU/SP lembrou a data da Sessão Plenária de abril, que acontecerá em
32 15.04.2014. A reunião será formada de duas sessões plenárias. Inicialmente com a
33 Sessão Plenária Extraordinária para o julgamento de processos éticos e em
34 seguida ocorrerá a Sessão Plenária Ordinária com a ordem do dia. Informe2 -



35 O presidente explanou o procedimento para a viagem à Fortaleza para a 1º
36 CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO, e os participantes
37 inscritos. Informe3 - O presidente informou sobre o lançamento do caderno da
38 1º Conferência de Arquitetos do CAU/SP. O Conselheiro Gilberto Belleza pediu
39 a palavra e questionou sobre a situação da segurança do prédio CBI
40 Esplanada, sede do CAU/SP. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro
41 informou que o CAU/SP seguiu o trâmite decidido em plenária. Fez orçamento
42 e contratou um perito mas, o profissional não conseguiu entrar no prédio, pois
43 a síndica não permitiu. Em paralelo a diretora Marcia marcou reunião com o
44 Corpo de Bombeiros para avaliar o laudo. O Segur, órgão que substituiu o
45 CONTRU, fez a vistoria no prédio junto de uma fiscal do CAU/SP (a fiscal teve
46 dificuldade para acompanhar pois a síndica não autorizava a permanência da
47 profissional. Ao mesmo tempo o prédio acelerou a reforma e as escadas estão
48 quase todas prontas. "As escadas ainda não estão em situação regular e
49 diante da burocracia que impede o laudo, se algo acontecer, poderá ser sério"-
50 disse o presidente do CAU/SP. O CAU/SP só poderá sair do prédio com o laudo
51 a fim de isentar-se da multa, e há dificuldade nesse processo. Terminado os
52 informes o presidente Afonso Celso Bueno Monteiro iniciou a **Ordem do Dia:**
53 1) **Aprovação do Balancete de Fevereiro de 2014:** O presidente do
54 CAU/SP passou a palavra para o conselheiro Luiz Antônio Raizzaro que
55 solicitou a dispensa da leitura do balancete uma vez que o material foi enviado
56 com antecedência aos conselheiros, e se colocou à disposição para quaisquer
57 esclarecimentos. O conselheiro Gilberto Belleza pediu a palavra e levantou
58 3(três) questões: 1) Com relação ao pagamento das anuidades: o conselheiro
59 falou que a falta de pagamento pode ocorrer pela falta de conhecimento da
60 anuidade. O conselheiro sugeriu que fosse enviado um e-mail marketing com
61 mensagem única e exclusiva informando que o boleto *on-line* estaria
62 disponível para pagamento. 2) O conselheiro questionou sobre o item 2.31-
63 *Indenizações e Restituições* da planilha financeira e voltou a pedir que fosse
64 informado publicamente a diária/recebimento de todos os conselheiros. O
65 presidente Afonso Celso Bueno Monteiro informou que o CAU/SP efetuou uma
66 ação de *e-mail marketing* informando os arquitetos sobre o pagamento da
67 anuidade bem como a informação foi inserida no site do CAU/SP. Vários
68 presidentes de CAU/UF, continuou o presidente Afonso, sugeriram ao CAU/BR



69 uma cobrança via correio porém a ação gerará custos. Sobre o item
70 “Indenizações e Restituições”, o conselheiro Luiz Antônio Raizzaro respondeu
71 que são restituições aos arquitetos quando acontece pagamento indevido e o
72 Conselho deve restitui-los. O conselheiro Luiz Augusto Contier sugeriu que
73 fosse enviada uma carta, via correio, informando o pagamento da anuidade do
74 CAU/SP. O conselheiro e diretor financeiro, Éder da Silva, falou em relação as
75 diárias dos conselheiros o CAU/SP segue regramento aprovado pela plenária e
76 baseado nas instâncias do CAU/BR. A orientação do CAU/BR é que as diárias
77 não devem ser expostas. O conselheiro Silvio Dias sugeriu enviar *sms* pois o
78 custo é baixo. A conselheira Rosana Ferrari disse que se existe uma orientação
79 e não uma resolução, a plenária sendo soberana, pode votar a favor de tornar
80 público ou não as diárias dos conselheiros do CAU/SP. O conselheiro Gilberto
81 Belleza sugeriu que o conselheiro federal do CAU/SP leve ao CAU/BR a
82 proposta para exposição das diárias no site. O conselheiro Victor Chinaglia
83 concordou que no momento que o CAU/BR apresentar os valores das diárias
84 dos conselheiros no site, o CAU/SP seguirá o regramento. O conselheiro Paulo
85 André da Cunha questionou o porquê querem expor os gastos no site e
86 explanou que há diferença entre as diárias e deslocamentos dos conselheiros
87 que moram em São Paulo e os que vivem em outras cidades, em diversos
88 cantos do estado. O conselheiro Paulo André prosseguiu dizendo que os
89 trajetos das viagens incluem riscos e tempo e uma vez colocados no site tais
90 diferenças não ficarão claras ao leitor que não terá tais informações (quem
91 mora em São Paulo x quem mora a 400km/500km). O conselheiro Luiz
92 Fisberg perguntou ao coordenador da Comissão Permanente de Orçamento e
93 Contas, Luiz Antônio Raizzaro, se o CAU/SP tem o número de pessoas
94 jurídicas que estão ativas no Conselho? Encerrando o assunto o presidente
95 Afonso Celso Bueno Monteiro acrescentou que o trabalho da Diretoria Técnica
96 será positivo e necessário pois conseguirão identificar arquitetos que atuam de
97 forma irregular e não arrecadam RRT. O presidente do CAU/SP colocou a
98 aprovação do **Balancete de Fevereiro de 2014** em votação, que foi
99 **APROVADO** com um voto em contrário do Conselheiro Paulo Afonso Costa e
100 abstenção do conselheiro Renato Nunes. **2) Apresentação do Relatório de**
101 **Acompanhamento da Execução Orçamentaria do mês de Fevereiro**
102 **2014:** O funcionário Mesaque Silva foi chamado para explicar as dúvidas



103 sobre o documento enviado anteriormente aos conselheiros. O conselheiro
104 Gilberto Belleza questionou a distribuição no ítem presidência, sobre projeto
105 de divulgação e comunicação institucional, grupos de trabalho e comissões
106 especiais. Por que alguns itens são colocados no custo da presidência e outros
107 como grupos de trabalho novos? O funcionário Mesaque Silva explanou os
108 centros de custos e suas subdivisões, movimentos técnicos e contábeis da
109 planilha. O conselheiro Gilberto Belleza questionou sobre a política das
110 divisões. O vice-presidente Gustavo Ramos Melo colocou que a questão
111 política é importante, mas sobre as questões técnicas, se houver dúvida, o
112 conselheiro deve se dirigir ao CAU para esclarecer. O presidente Afonso Celso
113 Bueno Monteiro explanou que a criação das 10 regionais foi feita em função do
114 Censo do CAU/BR. O conselheiro Gilberto Belleza pediu que tivessem uma
115 discussão política sobre as diretrizes que irão enfrentar para não serem
116 surpreendidos. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro disse que o plenário
117 delegou à diretoria execuções e havendo muitas decisões a serem tomadas no
118 dia a dia, se necessitassem de uma plenária para discutir cada decisão, o
119 Conselho não teria evoluído. O presidente disse que a Diretoria necessita de
120 um mínimo de liberdade para decidir algumas questões. O conselheiro Renato
121 Nunes, com a palavra, disse abster-se de votar no primeiro documento e no
122 segundo pois, não conseguiu ler devido a fonte tão pequena que o
123 confeccionaram. O conselheiro disse que o texto poderia estar certo pela visão
124 técnica, porém, não deixava claro o sentido político. O conselheiro Renato
125 Nunes disse que o plenário deve acompanhar todos os movimentos,
126 lembrando que a imagem do CAU/SP está ruim perante os arquitetos. As
127 peças orçamentárias, segundo o conselheiro titular, estão com duplo sentido:
128 1º- conferir legalidade ao gasto. 2º- interpretar variações das receitas. O
129 conselheiro disse que o plenário deve prestar atenção no conteúdo porém, só
130 conseguirão entender se forem informados a tempo. A sugestão é que os
131 documentos de natureza contábeis sejam passados para os conselheiros com
132 tempo hábil para apreciação. A proposta é mudar a sistemática e apresentar
133 os problemas orçamentários e de gastos com mais tempo para discussão. O
134 conselheiro Renato Nunes propôs que na próxima exposição desse assunto
135 seja feito uma análise de como proceder e conhecer melhor a fim de poderem
136 opinar politicamente sobre o que está acontecendo, uma vez que a política



137 não é só da diretoria e sim de todo plenário. O presidente falou sobre a
138 sugestão do conselheiro Renato Nunes e encaminhou à equipe financeira que
139 apresentasse os documentos com maior antecedência para análise de todos os
140 conselheiros. O conselheiro Luiz Antônio Raizzaro disse que necessitam,
141 sempre, de dados que o CAU/BR encaminha para concluir os documentos que
142 apresentam. A pedido da plenária, continuou o coordenador da Comissão
143 Permanente de Orçamento e Contas, foi feito um maior detalhamento dos
144 itens de gastos nas planilhas, para que os conselheiros pudessem ter maior
145 compreensão da distribuição da arrecadação. O conselheiro Paulo Burgo pediu
146 a palavra e disse que as ações que estão sendo tomadas pela diretoria estão
147 retomando um modelo presidencialista. Citou que as plenárias do CAU/BR
148 duram 2 (dois) dias para discussões e construções e as plenárias do CAU/SP
149 duram uma tarde, apenas para votarem. O conselheiro pensa haver uma
150 diferença conceitual do CAU que se pretendia para o que se tem hoje. **3)**
151 **Relatório de Gestão 2013-** O presidente Afonso passou a palavra ao
152 funcionário Mesaque Silva que informou que o Relatório de Gestão já foi
153 aprovado e será remetido ao próximo plenário, sendo apresentado em abril.
154 **4) Tabela de Honorários-Licitação da Prefeitura-CEU:** O presidente
155 iniciou a pauta concordando com o conselheiro Paulo Burgo sobre a duração
156 da plenária, que deveria durar mais tempo para construções, discussões e
157 votações, mas disse acreditar que não haveria quorum e os conselheiros não
158 ficariam 2(dois) dias em plenárias. O presidente iniciou este item de pauta
159 dizendo que, ainda que extemporâneo, o assunto é importante para que o
160 plenário pudesse discutir sobre o assunto e tomar decisões em
161 outras/próximas licitações. O presidente lembrou que houve uma licitação
162 da Prefeitura de São Paulo para 3(três) pacotes de projetos de construção de
163 CEUs e o assunto foi levantado pelo conselheiro Rogerio Batagliesi. O CAU/SP
164 fez uma nota técnica que está em posse da Assessoria Jurídica e estendeu o
165 apoio do departamento jurídico aos conselheiros, havendo necessidade. O
166 conselheiro José Borelli Neto, com a palavra disse ser importante tratar o
167 assunto e levantar aspectos das diversas licitações que estão acontecendo no
168 âmbito da Prefeitura, do Estado e do Governo Federal. O assunto em pauta
169 era o não seguimento da tabela de honorários dos arquitetos e urbanistas.
170 Segundo o conselheiro José Borelli Neto, há distorções nas concorrências e



171 licitações e o CAU/SP deve ter uma interferência maior nesse assunto. O
172 conselheiro acha que há uma restrição às empresas de arquitetura. Nas
173 licitações, talvez por influência do CREA, sempre há a obrigação em ter um
174 engenheiro como sócio da empresa. Sobre a licitação dos projetos do CEU o
175 conselheiro José Borelli disse que este é um bom tema para ampliar o debate.
176 Em seguida, o conselheiro Altamir C. Fonseca disse estar sendo cobrado em
177 relação às futuras sedes Regionais e sobre a atuação efetiva do CAU na
178 fiscalização e garantia da profissão regulamentada. O conselheiro Altamir
179 pediu à presidência para que dessem atenção especial a uma comissão
180 específica de licitações. O conselheiro Gilberto Belleza sugeriu que o CAU/SP
181 encaminhe ao órgão promotor uma carta solicitando indicar quem é o
182 responsável técnico pela licitação. Uma vez recebida uma denúncia, o
183 presidente, em nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, encaminha a
184 carta ao órgão promotor solicitando a manifestação que necessita saber quem
185 é o responsável técnico. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro iniciou sua
186 fala respondendo ao pedido do conselheiro Altamir, dizendo que não há
187 pessoal suficiente para acompanhar as licitações e que ideal é que os
188 conselheiros quando participarem de licitações, quando houver indício de
189 irregularidade, comuniquem o CAU/SP. A conselheira Nina Vaisman disse que
190 há a possibilidade de um diálogo com a prefeitura Municipal de São Paulo. A
191 conselheira citou que várias instituições e associações foram convidadas pelo
192 diretor do SP Urbanismo e que eles mesmos enfrentam problemas, e como
193 exemplo, citou últimas licitações que tiveram 60 editais retirados. A prefeitura
194 alega que são obrigados a basear-se na tabela do SIURB. A conselheira Nina
195 Vaisman pensa que o CAU/SP deve abrir o diálogo com a prefeitura São Paulo.
196 O segundo ponto da fala da conselheira Nina foi o informe que o colega,
197 arquiteto e urbanista Sergio Magalhães, enviou questões a respeito do
198 concurso do BNDS. A conselheira disse que o CAU/SP deve analisar a posição
199 já que a forma do concurso que o BNDS lançou é uma discussão importante. O
200 conselheiro Ederson da Silva disse que há que atuar junto dos órgãos que
201 fazem as tabelas oficiais porque as prefeituras são obrigadas a usar as tabelas
202 oficiais nas licitações. Segundo o conselheiro, a conversa que o CAU/SP deve
203 ter não é só com as prefeituras mas, também com os órgãos que elaboram as
204 tabelas oficiais. O conselheiro Éder da Silva concorda que o CAU/SP deva ter



205 uma ação mais ofensiva na discussão e participação sobre a tabela de
206 honorários relacionada a licitações e disse ter sido uma iniciativa positiva do
207 CAU/BR tratar o assunto, junto da opinião do CEAU. O conselheiro disse que é
208 favorável e vê como positiva a aproximação das entidades a fim de discutirem
209 o tema, importante para profissionais e arquitetos na atualidade. O
210 conselheiro Victor Chinaglia pediu um aparte para citar os concursos e a
211 necessidade da melhora nos projetos. O conselheiro disse que uma arquitetura
212 ruim está sendo dominada pelo mercado. O conselheiro Luiz Augusto Contier
213 pediu um aparte e lembrou que a lei 8666, uma lei de compras
214 governamentais, já havia sido de tudo. Após o nascimento do pregão
215 eletrônico a lei ficou apenas para projeto e obra. A senadora Katia Abreu,
216 continuou o conselheiro Contier, é relatora de um processo de modificação da
217 lei pois entendeu que lei é inadequada, obsoleta e precisa ser reescrita. O
218 conselheiro Luiz Augusto Contier sugeriu que o CAU/SP apoiasse todas as
219 entidades dando instrumentos de formas de contratação pelo poder público de
220 projetos e obras com o fim de contratar os melhores projetos. Segundo o
221 conselheiro, deve-se acabar com esta lei e ser criada uma nova atualizada
222 para projetos e obras. O presidente Afonso disse que o CAU/BR tem feito o
223 acompanhamento no Congresso com o assessor Gilson Paranhos a fim de
224 agilizar a aprovação da reedição da lei junto a senadora. O presidente fez uma
225 sugestão de encaminhamento para o ítem 4 da pauta-Tabela de Honorários-
226 Licitações CEU: Conforme houver denúncias de irregularidades em licitações
227 os conselheiros devem se manifestar e o CAU/SP tomará as devidas
228 providências. Também o CAU/SP enviará às Prefeituras e Órgãos Públicos
229 ofícios alertando sobre o real cumprimento nas licitações. O conselheiro Luiz
230 Augusto Contier pediu a palavra e propôs que no ano de 2015 o Conselho de
231 Arquitetura e Urbanismo tenha em sua agenda um Seminário sobre
232 Contratação de Projetos Públicos onde poderão chamar os órgãos de controle
233 para discutir a contratação de projetos resultante de processos licitatórios. O
234 TCU, por exemplo, pode fornecer indicativos de como as licitações devem ser
235 construídas para atender as necessidades do gestor público, com segurança
236 jurídica, em contratar o melhor projeto. O presidente apoiou a ideia e deixou
237 uma nota para as ações em 2015, convocar todas as entidades e patrocinar o
238 seminário com este tema. **ÍTEM 5) Reedição da Comissão Especial**



239 **Temporária para acompanhamento das atividades contratuais**
240 **relativas ao Planejamento Estratégico do CAU/SP.** O presidente Afonso
241 Celso Bueno Monteiro informou que a Comissão que trata do Planejamento
242 Estratégico encontrava-se ainda em fase de elaboração. Uma vez que as
243 Comissões Especiais têm prazo determinado, o presidente levou à plenária
244 para a reedição. A comissão é composta pelos membros titulares: João Carlos
245 Monte Claro Vasconcellos, coordenador, Saide Kahtouni, coordenadora adjunta
246 e José Borelli Neto, e os membros natos, presidente Afonso Celso Bueno
247 Monteiro, diretor Administrativo Gerson Mendes Faria e o diretor Financeiro,
248 Éder da Silva. O presidente colocou em votação a reedição da Comissão
249 Especial, que foi **APROVADA** por unanimidade. **ÍTEM 6) Discussão acerca**
250 **do atendimento à Resolução nº71 do CAU/SP (a pedido da Comissão**
251 **Permanente de Orçamento e Contas).** O presidente do CAU/SP passou a
252 palavra ao conselheiro Luiz Antônio Raizzaro que informou que na última
253 reunião da Comissão Permanente de Orçamento e Contas discutiram o Centro
254 de Serviços Compartilhados e uma vez aprovado o pagamento e a implantação
255 dos serviços pela plenária, com prazo de 3 meses para avaliação, a Comissão
256 redigiu um documento questionando pontos ainda não esclarecidos sobre a
257 movimentação financeira e sua legalidade. O documento solicita
258 esclarecimentos dos pontos ainda não claros entre os serviços e os
259 pagamentos. Antecipando a revisão dos 90 dias, a comissão apresentou uma
260 declaração com reivindicações para esclarecimentos e encaminhamento ao
261 CAU/BR. Segundo o coordenador da Comissão de Orçamento e Contas a
262 operação deve ser vista com clareza pois, afetará o orçamento do CAU/SP
263 obrigando o a uma revisão. O conselheiro Luiz Antônio Raizzaro pediu que o
264 presidente lesse o documento assinado pelos membros titulares da comissão
265 formada pelos conselheiros Bruno Ghizellini e José Borelli Neto, com
266 participação do conselheiro e diretor financeiro adjunto, Pietro Mignozzetti e a
267 equipe técnica do CAU/SP. O presidente Afonso leu o documento, abriu o tema
268 para discussão e encaminhou ao plenário para aprovação e envio ao CAU/BR.
269 O conselheiro João Carlos Monte Claro Vasconcellos pediu a palavra e disse ser
270 importante o debate nesse momento pois, acredita que devam ajudar nas
271 questões jurídicas e de encaminhamento de procedimentos. Para isso, a
272 Comissão de Legislação e Normas marcou uma reunião extraordinária visando



273 coletar sugestões para aperfeiçoar a resolução, uma vez que a mesma propôs
274 90 dias para ser aperfeiçoada. Os conselheiros podem e devem participar da
275 elaboração desse processo e a comissão encaminhará as sugestões. O
276 conselheiro João Carlos Monte Claro Vasconcellos disse que o que não pode é
277 o CAU/SP se omitir nesse processo. Segundo o conselheiro e coordenador da
278 comissão Permanente de Legislação e Normas, o CAU/BR pediu 90 dias para
279 avaliação e revisão, portanto, é uma obrigação do CAU/SP participar desse
280 processo, sempre visando o aprimoramento e aperfeiçoamento do sistema. A
281 conselheira Débora Frazatto, com a palavra, cumprimentou todos e disse que
282 recordava que na última reunião extraordinária do CAU/SP, com pauta única,
283 Centro de Serviços Compartilhados, o presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro,
284 disse ter encaminhado uma prestação de contas. O presidente Afonso Celso
285 Bueno Monteiro explanou que não foi encaminhado uma prestação de contas e
286 sim alguns documentos. A conselheira disse achar importante listar os
287 documentos que foram encaminhados e a insuficiência de informações destes
288 a fim de levantar as necessidades faltantes. Um segundo ponto da fala da
289 Conselheira Débora Frazatto foi questionar se o assunto da reunião
290 extraordinária repercutiu na Plenária do CAU/BR. A conselheira Saide Kahtouni
291 pediu um aparte, lembrou e pediu a presença do conselheiro federal, Daniel
292 Amor, nas plenárias do CAU/SP pois, votações e revisões estão ocorrendo
293 neste momento no Conselho no âmbito Federal. A conselheira fez um apelo
294 para que conclamassem o colega a estar nas plenárias. Saide Kahtouni disse
295 que é importante insistir pela presença do Conselheiro Federal pois a votação
296 será realizada no plenário federal e São Paulo precisa estar presente neste
297 momento que o conselheiro Daniel Amor preenche a lacuna do conselheiro
298 federal Miguel Pereira. A conselheira Debora Frazatto concluiu sua fala
299 questionando sobre a Plenária do CEAU para discutir o assunto em pauta. O
300 conselheiro Claudio Mazzetti pediu a palavra para justificar a ausência do
301 conselheiro federal, Daniel Amor, que estava em Brasília nas datas das duas
302 últimas plenárias. O conselheiro Gilberto Belleza parabenizou os conselheiros e
303 coordenadores das comissões permanentes de Orçamento e Contas e
304 Legislação e Normas, Luiz Antônio Raizzaro e João Carlos Monte Claro
305 Vasconcellos, pelas manifestações das comissões e pelas contribuições para
306 aprimoramento da resolução. O conselheiro afirmou a importância da



307 contribuição das Comissões para a melhora do funcionamento desse sistema.
308 O conselheiro José Borelli Neto disse que o documento da Comissão de
309 Orçamento e Contas também está aberto para receber sugestões para em
310 seguida ser encaminhado ao CAU/BR de forma consciente e com participação
311 do conselho de São Paulo. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro
312 complementou a fala do conselheiro Luiz Antônio Raizzaro dizendo que esta
313 (1º sessão plenária extraordinária do CAU/SP – Centro de Serviços
314 Compartilhados) foi primeira vez que o plenário teve uma decisão contrária ao
315 departamento jurídico. O departamento jurídico do CAU/SP se posicionou
316 contra o pagamento alegando inconstitucionalidade. A preocupação do
317 presidente é a questão jurídica do atendimento. Na ótica da assessoria jurídica
318 estão criando um repasse inconstitucional e vão criar uma rubrica por algo que
319 não é emergencial. Em seguida o conselheiro Éder disse que não houve
320 oportunidade em conhecer a totalidade dos documentos mas, ainda assim foi
321 feita uma análise financeira dos documentos enviados e há uma preocupação
322 técnica. O conselheiro e diretor financeiro afirmou que os documentos
323 apresentados foram insuficientes do ponto de vista de como se fundamentam
324 as decisões tomadas e acrescentou que fosse analisado o convênio como uma
325 nova construção. Sugeriu estudar e buscar a legalidade de uma forma que não
326 haja dúvida. O conselheiro Altamir C. da Fonseca, com a palavra, concordou
327 no sentido de apresentar soluções para as questões que ficarão em aberto. O
328 conselheiro também disse se orgulhar em ter votado a favor da decisão
329 tomada na plenária extraordinária e aproveitou a oportunidade para dizer que
330 entende que há uma irregularidade na resolução 18. A sugestão do
331 conselheiro Altamir é levantar o fluxo de uso/serviços e fazer o rateio das
332 despesas devidamente comprovadas. O conselheiro Renato Nunes citou que o
333 tema tem abrangência nacional, um tema que materializa a federação. O
334 conselheiro disse ser importante incluir todos os presidentes nesse assunto e
335 não apenas 4 presidentes de CAU/UF formem a comissão, e nesses 90 dias,
336 dentro de todas as discussões, seja inserido o tema que todos os presidentes
337 devam participar da comissão. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro
338 disse que os 90 dias vencerão no dia 25.04.2014, quando todos estarão em
339 Fortaleza. As Comissões de Orçamento e Contas e Legislação e Normas devem
340 trabalhar rapidamente para o envio das sugestões. O conselheiro Éder da Silva



341 complementou que está no art.60 que do pagamento do fundo há necessidade
342 em envolver todos os presidentes. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro
343 fez o encaminhamento sobre o documento emitido pela Comissão de
344 Orçamento e Contas, complementado com a sugestão do conselheiro Renato
345 Nunes que acrescenta todos os presidentes para acompanhar a Comissão, e
346 em seguida o envio do documento ao CAU/BR. O presidente Afonso colocou
347 em votação o encaminhamento que foi **APROVADO** por unanimidade. **7)**
348 **Trâmite de processos de fiscalização do CAU/SP:** A conselheira e
349 Diretora Técnica Marcia Mallet iniciou sua fala citando que os colegas
350 receberam processos de fiscalização que se iniciaram no CAU/SP e que estes
351 deveriam ser analisados sob a égide da lei 12.378/2010 e as Resoluções do
352 CAU/BR em especial a resolução 22. Os prazos processuais são idênticos
353 aqueles praticados no antigo Conselho, pois estão estabelecidos pela mesma
354 lei federal. No caso de empresa a fiscalização verifica em primeiro lugar se a
355 empresa está cadastrada no CAU, o processo será aberto a partir da autuação.
356 São três as instâncias, na primeira o processo será julgado pela Comissão de
357 Exercício Profissional do CAU/SP, havendo recurso do interessado ele será
358 encaminhado novamente a um conselheiro para relato e deverá ser julgado
359 pela Plenária do CAU/SP em 2ª instância, se novamente houver recurso o
360 processo será encaminhado ao CAU/BR para julgamento. Os conselheiros
361 questionaram alguns casos que envolviam denúncias incluindo algumas
362 empresas que foram citados acompanhadas de suas situações de registro no
363 Conselho. O conselheiro Luiz Augusto Contier questionou como mover um
364 processo contra um "não profissional"? Este processo não é crime e sim
365 contravenção. A Diretora Técnica Marcia Mallet informa que existe um projeto
366 de lei no senado para transformar a contravenção a que os leigos estão
367 sujeitos em crime. Os processos de leigos são encaminhados ao Ministério
368 Público pois envolvem exercício ilegal da profissão. O conselheiro Luiz Augusto
369 Contier lembrou que a EZTEC contratou um estrangeiro para atuar no Brasil
370 sem registro no CAU/SP, a diretora técnica esclareceu que o CAU/SP esta
371 punindo às empresas e não os profissionais estrangeiros que não residem no
372 Brasil. O Conselheiro Victor Chinaglia citou o problema da Escola de Dança do
373 arquiteto Pierre Demeron, que foi registrado "ad referendum" em Brasília. O
374 conselheiro Luiz Augusto Contier citou que não será positivo para o Conselho



375 se o leigo simplesmente pagar uma multa e continuar o trabalho. O
376 conselheiro Renato Nunes questionou sobre uma lei federal que questiona
377 como crime o exercício ilegal da profissão. O Conselheiro José Borelli Neto
378 disse que a lei existe e foi reeditada há 8 anos. A Conselheira Debora Frazatto
379 disse que no outro conselho, quando fez parte da Comissão de Ética, esta
380 enviava a denúncia ao Ministério Público para enquadramento. O conselheiro
381 Paulo Burgo perguntou à diretora Marcia Mallet sobre estrangeiros trabalhando
382 no Brasil, a quem é comunicado. A conselheira Marcia Mallet respondeu que é
383 consultado a situação do diploma do arquiteto e enviado à Comissão de Ensino
384 e Formação. O conselheiro Luiz Augusto Contier perguntou sobre a situação do
385 escritório do *Foster & Partners* e a arquiteta Filomena, uma representante do
386 escritório no Brasil, se ela responderia pelo capital de *Foster & Partners*? O
387 presidente Afonso Celso Bueno Monteiro disse que o dever do CAU/SP é
388 verificar o exercício profissional e não a questão cível. A conselheira Saide
389 Kahtouni fez uma observação de que a colega Filomena se formou pela USP
390 em 1986, após a graduação viajou a Inglaterra e se associou à *Foster &*
391 *Partners* após décadas de trabalho dentro da empresa. **8) Palavra dos Srs.**
392 **Conselheiros:** A primeira conselheira a dar seu informe foi Débora Frazatto,
393 que falou da nova composição da Comissão de Ensino e Formação. Debora
394 Frazatto assumiu a coordenação, o conselheiro Luiz Augusto Contier assumiu
395 como coordenador adjunto e o conselheiro Paulo Burgo se mantém como
396 conselheiro titular. A conselheira elogiou a plenária desta data pela forma de
397 discussão dos assuntos, teses, para o trabalho efetivo pela melhoria da
398 arquitetura e urbanismo e valorização da profissão. Ela anunciou que se
399 tornou avó e em seguida falou sobre a preocupação com a situação da
400 abertura de 6 novos cursos de arquitetura na região de Campinas. A
401 conselheira lembrou que no final da 1º Conferência Estadual de Arquitetos e
402 Urbanistas do CAU/SP foi aprovado um documento pela Educação e que depois
403 foi enviado ao CAU/BR e demais CAU/UF. No momento ela propõe que seja
404 desenvolvido um trabalho, uma carta de São Paulo, como contribuição, que
405 aborde a educação não como negócio, mas com seriedade. A conselheira
406 pediu contribuição ao plenário para a comissão juntamente da Diretoria do
407 Ensino e Formação, elabore um documento para que apresentem no
408 Congresso que acontecerá em Fortaleza. A abordagem maior é que



409 profissionais estão sendo formados? Em seguida o Conselheiro José Renato
410 Mehlem informou sobre o Congresso dos Municípios e a presença do CAU/SP
411 distribuindo materiais e informações. Segundo o conselheiro, foram
412 contatados 70 prefeitos no stand do CAU/SP e é interessante que os
413 conselheiros estejam atentos aos eventos e pós-eventos para discutirem
414 questões importantes. Com a palavra o conselheiro Gilberto Belleza solicitou
415 que a cada reunião houvesse um informe de cada grupo de trabalho para que
416 não acumulasse no final do ano em apenas uma reunião a exposição dos
417 trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Sobre o concurso do CAU/SP, o
418 conselheiro pediu que os informes sejam levados ao plenário. Como o
419 CAU/BR, o conselheiro Gilberto Belleza pediu informes das reuniões do CEAU.
420 E por fim sugeriu que houvesse um calendário do CAU/SP enviado por *e-mail*
421 com as reuniões de Comissões e Diretoria para que os conselheiros pudessem
422 acompanhar. O conselheiro Pietro Mignozetti falou do aniversário da 5ª Turma
423 da Faculdade Brás Cubas e levantou a questão importante da Assistência
424 Técnica. O conselheiro emitiu uma nota de repúdio referente ao veto que se
425 deu ao projeto de lei 354, aprovado na Assembleia Legislativa do Estado, pelo
426 Governador do Estado. Rosana Ferrari com a palavra falou sobre a atuação
427 dos profissionais que aprovam os projetos e a dificuldade e resistência dentro
428 dos órgãos e prefeituras para a aprovação. O segundo assunto que a
429 conselheira abordou foi sobre o pedido de um representante do CAU/SP no
430 Conselho do Código de Obras de Jundiaí. A conselheira pediu informação de
431 como proceder e o presidente do CAU/SP pediu que fosse enviada uma
432 solicitação formal ao CAU/SP com a indicação do membro. O 3º assunto foi
433 uma reclamação sobre o impedimento de um profissional em aprovar um
434 empreendimento de 18.000m², onde a taxa já foi paga, porém não aceitaram
435 que o profissional assinasse pela obra, neste caso pela terraplanagem. O
436 prefeito e os vereadores criaram uma lei municipal que só permite
437 profissionais engenheiro agrônomo, agrimensor ou topógrafo o façam. A
438 conselheira disse que a reclamação foi feita no 0800 porém o presidente
439 Afonso Celso Bueno Monteiro reiterou que o contato deve ser feito no CAU/SP.
440 Finalizando, o presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro informou
441 sobre a reunião que teve com a Comissão Permanente de Acessibilidade da
442 Prefeitura de São Paulo que solicitou um membro do CAU/SP para compor a



443 Comissão. A indicação foi do conselheiro Luiz Fisberg pelo interesse
444 mencionado anteriormente. **ENCERRAMENTO:** Encerrada a pauta, o
445 Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro agradeceu a presença e desejou um
446 bom retorno a todos.

447 Afonso Celso Bueno Monteiro

448 Presidente CAU/SP